

Expectativa com alianças para o segundo turno e consenso sobre medidas

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

Inflação, dívida externa e dívida interna são três temas que estão dominando os pronunciamentos dos principais candidatos à eleição presidencial de 15 de novembro.

Apesar da atenção evidente sobre questões econômicas, é flagrante a divergência de posicionamento entre o candidato Fernando Collor de Mello (PRN) — que lidera as pesquisas sobre intenção de voto — e a maioria dos demais candidatos.

Estas divergências sobre assuntos polêmicos por natureza e de solução não apenas técnica, mas especialmente política, começam a gerar expectativa.

A razão é simples: se as eleições chegarem ao segundo turno, certamente as alianças partidárias serão inevitáveis e não é simples avaliar, neste momento, de que forma estas composições de força interferirão em decisões, que podem ser definitivas para a elaboração de um plano de ajuste consistente para a economia.

OBJETIVOS

A história da Nova República revela, que independente da formação acadêmica ou ideológica, as equipes econômicas que se sucederam em quase cinco anos do governo Sarney alimentavam objetivos consonantes.

Havia a expectativa de reordenamento das finanças públicas, contenção de gastos, controle da inflação, manutenção de política monetária ajustada de forma a viabilizar investimentos.

A despeito da intenção, contudo, várias equipes foram lentamente desmontadas por sucessivos fracassos, que não resultavam exatamente de incompetência técnica, mas basicamente de falta de apoio político para a tomada de decisões.

O primeiro debate realizado entre os presidenciáveis na semana passada transmitido pela Rede Bandeirantes de Televisão — que registrou a ausência de dois importantes candidatos, Collor de Mello (PRN) e Ulysses Guimarães (PMDB) — revelou a predominância de questões econômicas dando oportunidade a Leonel Brizola (PDT), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Aureliano Chaves (PFL), Guilherme Afif Domingos (PL), Roberto Freire (PCB), Ronaldo Caiado (PSD) e Affonso Camargo (PTB) de esclarecer algumas de suas metas.

Alguns desses candidatos, que encabeçam — ainda que com grande desequilíbrio — as pesquisas de intenção de votos foram enfáticos ao pregar o restabelecimento de austeridade no governo central. Quase chegam a um consenso sobre a necessidade de a dívida externa — avaliada em US\$ 130 bilhões — ser rediscutida e ter seu volume redimensionado pelo valor de mercado e não nominal. Há discordância, contudo, quanto à possibilidade de a dívida interna ter seu perfil alongado.

PROPOSTAS

A quatro meses da eleição, porém, o candidato Collor de Mello que dispara na frente das pesquisas — conquistando 40% do eleitorado consultado pela DataFolha nos dias 1º e 2 de julho em 141 municípios brasileiros — não impõe em seu discurso a mesma ênfase dos demais candidatos.

• **COLLOR DE MELLO (PRN)** — Há poucos dias, ao formalizar sua candidatura pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Collor de Mello foi claro assegurando: "Não vamos confrontar nem os credores externos nem muito menos os credores internos". Insistiu: "Não quero, não pretendo nem desejo brigas com o FMI. Estou disposto, sim, a brigar dentro do FMI".

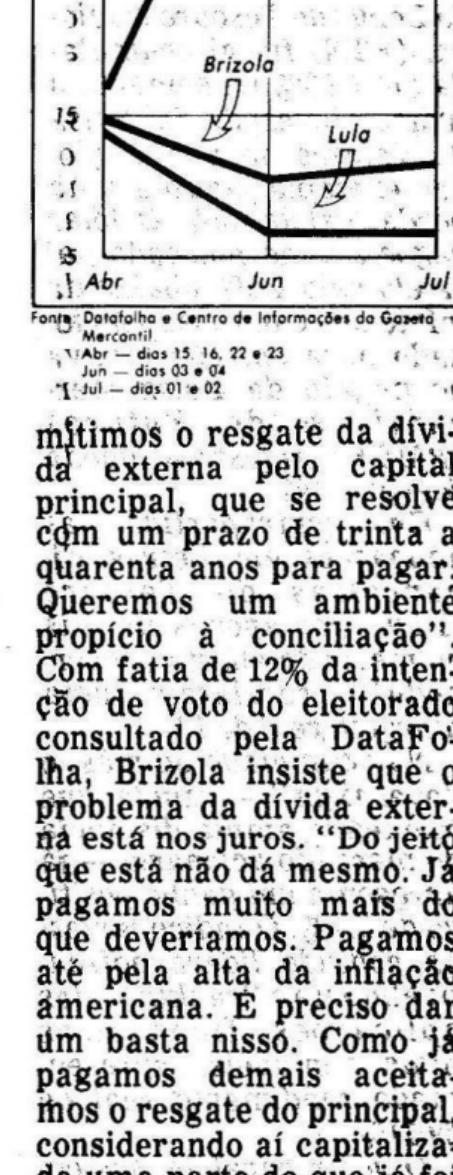
Em entrevistas recentes, o candidato Collor esclareceu que pretende retirar todo o aval da União concedido aos contratos de empréstimo, remetendo a negociação para o entendimento direto entre tomadores originais e credores.

DÍVIDA MANTIDA

Quanto à dívida interna, o candidato do PRN afasta qualquer perspectiva de calote, assegurando que "esta dívida deverá ser mantida e cumprida pelo governo nos moldes de hoje, respeitando os prazos de resgate, os valores e as taxas pactuadas". Ele espera recuperar a confiança na moeda, estimular a competição e a ampliação do mercado interno.

• **LEONEL BRIZOLA (PDT)** — Afirma que "não somos caloteiros e até ad-

Sucessão Presidencial



Fonte: Datafolha e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

1 Abr — dias 15, 16, 22 e 23

1 Jun — dias 03 e 04

1 Jul — dias 01 e 02

mitimos o resgate da dívida externa pelo capital principal, que se resolve com um prazo de trinta a quarenta anos para pagar. Queremos um ambiente propício à conciliação". Com fatia de 12% da intenção de voto do eleitorado consultado pela DataFolha, Brizola insiste que o problema da dívida externa está nos juros. "Do jeito que está não da mesmo. Já pagamos muito mais do que deveríamos. Pagamos até pela alta da inflação americana. É preciso dar um basta nisso. Como já pagamos demais aceitamos o resgate do principal, considerando a capitalização de uma parte do que já foi pago."

No debate com os demais candidatos, na semana passada, Brizola disparou que "é necessário modificar as condições de pagamento da dívida". Não submeter o País a cláusulas coloniais".

• **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT)** — Garante que "desenvolvimento é incompatível sem um acerto da dívida externa". No Plano de Ação Governamental, o partido lança como as mais importantes medidas a moratória externa e uma renegociação da dívida interna. A moratória é explicada assim: para enfrentar a atual crise econômica o Brasil precisa, de início, de um superávit de 5% no orçamento público. Para atingir esse objetivo a primeira condição é suspender o pagamento do principal e do serviço da dívida externa.

RENEGOCIAR

A renegociação da dívida interna, visando ampliar o prazo de pagamento e redução dos juros, seria o caminho a ser perseguido com o mesmo objetivo: criar superávit.

• **MARIO COVAS (PSDB)** — Prega a rediscussão da dívida externa com uma proposta de redução ao valor por ela pago no mercado secundário. Esta seria a alternativa de cortar as transferências de recursos ao exterior, mas mantendo a continuidade de investimentos externos. Não descarta, contudo, a moratória unilateral.

Com 7% das intenções de voto, Covas pretende atacar a inflação para garantir retomada do crescimento. Quanto à dívida interna, o candidato pretende a renegociação para alongar seu perfil, evitar a rolagem diária com obtenção de prazos maiores para este tipo de financiamento.

• **ROBERTO FREIRE (PCB)** — A posição de Covas para a dívida interna coincide com a de Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro. Freire espera uma troca de papéis de curto prazo por papéis de longo prazo e o congelamento e monetização dos saldos existentes. Quanto à dívida externa, Freire defende a suspensão dos pagamentos, pretende um reforço imediato das reservas cambiais, com a suspensão das transferências ao exterior até 15 de março de 1990. O objetivo imediato é conter os desembolsos até que as reservas internacionais atinjam um valor em torno de US\$ 12 bilhões.

• **ULYSSSES GUIMARÃES (PMDB)** — Engrossa a fileira dos que defendem a renegociação da dívida externa pelo valor do mercado secundário, colocando de lado seu valor nominal.

Para Maluf, a dívida interna "é sagrada".

• **PAULO MALUF (PDS)** — Engrossa a fileira dos que defendem a renegociação da dívida externa pelo valor do mercado secundário, colocando de lado seu valor nominal.

Para Maluf, a dívida interna "é sagrada".